

Agradecimentos

Dedico este trabalho ao meu irmão, portador de Síndrome de Down, que é para mim muito mais do que irmão. Foi com ele que aprendi que a diferença não tem que ser necessariamente má, e que é possível desenhar um projecto de vida, mesmo quando se parte com uma fragilidade. A sua força, e a sua capacidade de integração, são um exemplo a seguir.

Agradeço a minha família, o tempo que lhes roubei, a disponibilidade que lhes exige, o apoio incondicional que me deram, sem o qual, já mais teria conseguido terminar este estudo.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Doutor José Manuel Henriques, por me ter guiado, permitindo o desenvolvimento deste trabalho, no sentido de o mesmo corresponder a uma reflexão teórica, sobre inquietações pessoais e profissionais, que sempre me têm acompanhado.

Agradeço também ao Senhor Valentino, toda sua disponibilidade para me apoiar na revisão deste documento.

Índice de Quadros

Quadro 1: Classificação Internacional do Sector Não Lucrativo – Página 82

Lista de siglas presentes no texto e seu desdobramento

CEE – Comunidade Económica Europeia

CERCI's – Cooperativas de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CIRIEC - International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy

CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

CRSS – Centros Regionais de Segurança Social

DGAS – Direcção-Geral da Acção Social

DGEEP – Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do MTSS

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICDIH -Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens

ICNPO – International Classification of Nonprofit Organizations

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONL – Organizações não Lucrativas

PAIPDI – Plano de Acção Para a Integração de Pessoas com Deficiências e Incapacidades

REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

RSI – Rendimento Social de Inserção

Resumo

Este trabalho de investigação visa identificar as alterações a introduzir na relação entre Estado e IPSS que permitam a definição de novos modelos de actuação, mais próximos das necessidades diagnosticadas.

A evolução dos modelos conceptuais de deficiência evidenciam a necessidade de se alterar a concepção das políticas públicas sociais, de forma a garantir a aquisição, não apenas formal, mas também social, de direitos e valores sociais.

O desenvolvimento deste estudo permitiu identificar as IPSS como resposta de primeira linha para a população com deficiência e incapacidades, assim como a necessidade de se introduzirem alterações no seu modo de funcionamento, para que as respostas desenvolvidas sejam mais eficazes e direccionadas para as necessidades identificadas.

O Estado, apresenta um défice considerável ao nível da prestação de serviços, assumindo-se como financiador (através da atribuição de subsídios) de respostas tendencialmente tipificadas.

Esta relação, entre Estado e IPSS, não é sustentável, afastando-se cada vez mais das necessidades diagnosticadas.

Apona-se a subcontratação de serviços do Estado às IPSS, como solução para este problema, perspectivando-se que a mesma permitirá garantir o seu financiamento, uma melhor definição de direitos e deveres, de parte a parte, e simultaneamente, um ajustamento entre necessidades *versus* respostas, através de serviços que correspondam a um diagnóstico e não a um encaixe em moldes predefinidos.

Estamos, assim, perante um modelo de Estado-Providência que visa a sustentabilidade social do sistema de protecção social para a pessoa com deficiência e incapacidades e não a sustentabilidade financeira do sistema de protecção social.

Palavras-chave: Subsídios, Estado-Providência.

Abstract

This research aims to identify the changes to the relationship between state and IPSS (Private Institutions of Social Solidarity) that allow the definition of new models of action, which are closer to identified needs

The development of conceptual models of disability stresses the need to change the design of public social policies, to ensure the acquisition, not only of formal but also social rights and social values.

The development of this study has highlighted the IPSS as a first line of response for people with disabilities and impairments, as well as the need to introduce changes in its operation so that the responses developed are more effective and tailored to the needs identified.

The state has a considerable deficit in terms of performance, providing financial support (through subsidies) but tending towards predefined responses.

This relationship between state and IPSS, is not sustainable, distancing itself increasingly from the needs which have been identified.

This research points to outsourcing of state services to IPSS as a solution to this problem, foreseeing that it will ensure its funding, a better definition of rights and duties of both sides, and simultaneously, an adjustment between needs versus responses through services that correspond to a diagnosis and not predefined templates.

We are thus faced with a model of the welfare state aimed at the sustainability of the social welfare system for people with disabilities and incapacities and not the financial sustainability of social protection system.

Key Words: Subsidies, Welfare State.

Índice

Introdução	1
-------------------	---

I Parte – Enquadramento Conceptual

1. Notas introdutórias à apresentação da evolução dos modelos conceptuais de deficiência	7
1.1. Modelos Conceptuais – Do Modelo Médico, aos Modelos Social e Biopsicossocial	7
1.2. O Estado da arte em Portugal	11
2. Apresentação do Conceito de IPSS na Área da Reabilitação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades	13
3. Apresentação do Conceito de Terceiro Sector	15

II Parte – IPSS – qual o seu Papel dentro do Terceiro Sector

1. Notas Introdutórias	17
2. A evolução das IPSS no contexto nacional	19
3. Elementos de caracterização das IPSS	24
3.1. Estatutos	26
3.2. O Financiamento	28
3.3. O Registo	30
3.4. O Modelo Organizativo	31
3.5. O Modelo de Gestão de Recursos	33
3.6. Considerações Globais	34
3.7. Um Caso Particular	35

III Parte – Estado-Providência, Segurança Social e Terceiro Sector

1. Estado-Providência: Evolução, modelos conceptuais, elementos constitutivos e relação entre eles	38
1.1. Estado-Providência: do surgimento à crise	38
1.2. Modelos de Estado-Providência	51
1.3. A evolução do Estado-Providência em Portugal	61
2. Segurança Social – Evolução no contexto Nacional	73
3. Terceiro Sector, Economia Social e Solidária: caracterização e evolução conceptual	78
3.1. Enquadramento Teórico	80
3.2. Terceiro Sector, Economia Social, e Economia Solidária em Portugal	88
4. Relação entre Estado, Estado-Providência e Terceiro Sector	91
4.1. Uma Abordagem Genérica	91
4.2. O contexto nacional: as relações entre Estado e Terceiro Sector	95

IV Parte – A Evolução das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiências e Incapacidades no contexto nacional e internacional

1. Contextualização	98
2. Evolução das Políticas Públicas Sociais no contexto nacional e internacional	100
3. As Políticas Públicas Sociais Para as Pessoas com Deficiências e Incapacidades	107
Conclusão	113
Referencias Bibliográficas	125

